

NOVOS DADOS SOBRE A ORGANIZAÇÃO SOCIAL CASTREJA (*)

Armando Coelho F. da Silva

No âmbito de um programa de investigação que temos em curso com objectivos determinados sobre a cultura dos castros do Noroeste de Portugal, pretendemos neste trabalho fazer algumas reflexões sobre aspectos da organização social castreja, que um conjunto de novos dados parece possibilitar, tentando a sua integração total acompanhada por um controle no terreno, que o conhecimento da região nos vem avalizando.

A—SOBRE O GRUPO FAMILIAR

Da conjugação dos dados arqueológicos e epigráficos com os fornecidos pelas fontes clássicas, com relevô primordial para a *Geografia* de Estrabão O, e tomando em consideração os contributos da antropologia cultural ⁽²⁾, cada vez mais se vem conseguindo definir as características do grupo familiar da sociedade castreja, continuando, porém, a ser da arqueologia de quem poderão resultar elementos mais decisivos para o seu esclarecimento, para o que, por nossa parte, tencionamos, proxima-mente, apresentar uma análise arqueológica específica ⁽³⁾, limitando-nos por ora às seguintes notas sobre o assunto:

1. Parece um dado inequivocamente documentado pela arqueologia que a unidade doméstica se encontra na base da sociedade, facto bem expresso nos sistemáticos núcleos de várias construções circulares e angulares em torno de um pátio com acesso para um arruamento, que as escavações nos têm revelado.

A Citânia de Sanfins (Paços de Ferreira, Porto), onde uma análise arquitectónica e urbanística nos mostrou à evidência por toda a área escavada, excepto nos sectores com reconstruções e remeximentos mais recentes, 33 núcleos em cerca de 120 casas, cada qual ocupando uma área média entre 200 e 300 m², é, neste particular, um caso bem significativo (Est. III, 1).

O mesmo fenómeno se verifica com maior ou menor clareza, ao que não será alheio a metodologia de trabalho de campo, em muitas outras estações castrejas, conforme há muito vem sendo referenciado em notícias, relatórios e bibliografia própria ⁽⁴⁾.

(*) Comunicação apresentada ao Colóquio de Línguas e Culturas Paleohispânicas realizado em Lisboa em Novembro de 1980.

(1) Sobretudo III, 3, 7 e III, 4, 17-18.

Cfr. A. TRANOY, *La Galice romaine*, Thèse de doctorat d'État, Bordeaux, 1979 (dactilograf.), p. 137-142.

(2) Vg., J. CARO BAROJA, *Los pueblos de Espana*, Madrid, 1976 (1.ª ed. 1946) e J. C. BERMEJO BARRERA, *La sociedad en Galicia castrena*, Santiago, 1978, p. 13-22.

(3) Publicação dos resultados das nossas escavações em castros do N de Portugal, principalmente na Citânia de Sanfins (Paços de Ferreira), Cividade de Ancora (Caminha, Viana do Castelo), Cividade de Terroso (Póvoa de Varzim) e Castro de Romariz (Vila da Feira).

(4) Resumo in A. ROMERO MASIÁ, *El habitat castreno*, Santiago, 1976, p. 103-114.

2. O carácter específico de cada construção, diferentes e complementares entre si, conforme oportunamente evidenciaremos, pelas suas estruturas e espólio respectivo, sugere sem dúvida a atribuição de cada núcleo a uma só «família», cuja complexidade de composição permanece todavia difícil de definir⁽⁵⁾ para além da afirmação genérica de que se deveria tratar de uma família extensa, abrangendo os avós, os filhos e os netos e seus colaterais.

3. É precisamente a este âmbito que, em nosso entender, se reporta o texto de Estrabão referente às festas familiares⁽⁶⁾, com expressão material nas casas circulares com bancos de pedra junto aos muros e lareira central aparecidos perfeitamente integrados em núcleos familiares de vários povoados castrejos⁽⁷⁾ (Est. III, 2).

A significação do vocábulo ao^héveta, por seu turno, nada tem a opor a esta interpretação mais compreensiva que reputamos, neste caso, a mais ajustada⁽⁸⁾.

Não vemos, assim, motivo para fazer corresponder a ao^héveta de Estrabão a uma manifestação do grupo familiar num grau superior ao da célula familiar estrita reagrupando uma comunidade de linhagem, mais lata, do género da *gentilitas* do pacto dos *Zoelae*, como vem sendo defendido desde J. Caro Baroja⁽⁹⁾ ou A. Tovar⁽¹⁰⁾ a Tranoy O¹.

Duas inscrições da Citânia de Briteiros, uma numa padieira decorada de uma porta de casa redonda, onde se lê *Coroneri/Camali/domus*⁽¹²⁾, e uma outra de idêntico teor, *Camali • domi • /Caturro*⁽¹³⁾, poderão traduzir-nos literalmente essa expressão que, obviamente, não designa, no universo das concepções indo-europeias, a casa como construção material, devendo ser entendida num sentido exclusivamente social e moral⁽¹⁴⁾, reportando-se, assim, à «casa-família» de *Camalus*, que compreenderia os respectivos ele-

(5) A. TRANOY, *op. cit.*, p. 137-139. Cfr. reflexões de J. C. BERMEJO BARRERA, *op. cit.* (e) III, 3, 7:

Χρῶνται δὲ καὶ
ξόθται ὄϊνφ δὲ σπανίζονται ἰὸν δὲ γενόμενον ταλὺ
ἀναλίσκουσι κατεστωγούμενοι μετὰ τῶν συγγενῶν ἰ
(...)
Καθήμενοὶ τε δεῖπνοῦσι,
25 περὶ τοὺς τοίχου; καθέδρας οἰκοδομητὰς ἔχοντες, προκάθ-
ηται δὲ καθ' ἡλικίαν καὶ τιμὴν ἰ περιφορητὸν δὲ τὸ
δεῖπνον. (...)

(STRABON, *Géographie* (Texte établi et traduit par F. Lassere), II (Livres IIMV), Paris, 1966, p. 57-58.

Tradução: Bebem geralmente cerveja e raramente vinho, e o pouco que têm depressa o consomem em banquetes *familiares*... Comem sentados em bancos construídos ao redor dos muros, ocupando os lugares segundo a idade e a dignidade, circulando a comida de mão em mão...

(7) Bancos interiores apareceram na Citânia de Santa Luzia, Cidade de Ancora (Cfr. *infra*, nota 16), Santa Tecla, Meirás, Cidá do Castro, Coana, etc.

(8) Cfr., vg., A. BAILLY, *Dictionnaire grec français*, Paris, 1950, p. 397 (vb. ^hévoç), p. 1806 (vb. aoyiévsia).

(*>) *Los pueblos de Espana, op. cit.*, e *Organización social de los pueblos del norte de la Península Ibérica en la Antigüedad*, «Legio VII Gemina», León, p. 13-62. (10) *Estudios sobre las primitivas lenguas hispánicas*, Buenos Aires, 1949. O¹) *Op. cit.*, p. 139-142.

(12) CIL IIS, 5595 = ILER, 2124. M. CARDOZO, *Catálogo do Museu de Arqueologia da Sociedade Martins Sarmento (Secção de epigrafia latina e de escultura antiga)*, Guimarães, 1972, p. 5, n.º 3.

(13) CIL IIS, 5590 = ILER, 2122. M. CARDOSO, *idem*, p. 10, n.º 8.

(14) É. BENVENISTE, *Le vocabulaire des institutions indo-européennes*, 1, *économie, parente, société*, Paris, 1969, p. 304.

mentos ligados por ascendência (seu pai *Coronerus*) e descendência, consanguinidade e afinidade, um dos quais (*Caturu*) poderá estar referido na segunda lápide.

4. A única manifestação até hoje conhecida na arqueologia castreja passível de uma correspondência com a *ao^svstoe* como sinónimo de comunidade de linhagem mais larga, que se manifesta ao nível das festas familiares conforme descritas por Estrabão, é um grande edifício de planta circular, com 11 m de diâmetro e bancos de pedra à volta dos muros, da Citânia de Briteiros (Guimarães), cujas dimensões e posição relativa para tal a tornam inadequada.

Grande demais para uma família no sentido estrito, do modo a que nos estamos a referir, e pequena demais para albergar 09 habitantes» do castro ou até de uma sua fracção compreendida entre ruas como significando a comunidade de linhagem, e situada numa posição excêntrica e externa relativamente aos núcleos familiares e às unidades sociais significadas pelos arruamentos, a sua função deverá reportar-se a outros fins como, vg., o de local de reunião do conselho de anciões, cuja existência a hierarquia da sociedade castreja parece implicar ⁽¹⁵⁾.

5. As casas redondas com bancos ao redor dos; muros, com cerca de 5 m de diâmetro, contando aproximadamente 30 lugares ⁽¹⁶⁾ sentados poderão sugerir este número médio para a constituição do agregado familiar, a que nos vimos referindo como célula primária da sociedade castreja. Quantidade que, a ser assim, nada tem a ver com os cálculos apriorísticos muitas vezes lançados sobre este assunto ⁽¹⁷⁾.

B—SOBRE AS UNIDADES SUPRAFAMILIARES

O estudo das organizações sociais suprafamiliares do Noroeste peninsular tem merecido particular interesse nos últimos tempos, designadamente após a interpretação inovadora do signo *D = castrum/castellum* por M. L. Albertos Firmat ⁽¹⁸⁾, sendo de reconhecer, a despeito das variantes que a dialéctica dos debates tem produzido em torno de critérios a seguir e dos quadrantes em que se movimentam, um assinalável progresso que tem conseguido a eliminação de inexactidões, precisões de terminologia e cronologia e a procura de interpretações mais sólidas ⁽¹⁹⁾.

⁽¹⁵⁾ Estrabão, III, 3, 7.

Cfr. J. CARO BAROJA, *Organización social*, op. cit., p. 28-29 e A. TRANOY, op. cit., p. 140.

⁽¹⁶⁾ Uma casa deste género por nós escavada na Cividade de Âncora em 1979-1980 (ANC79AVI) conta 32 pequenos bancos individuais de pedra (Est. III, 2).

⁽¹⁷⁾ Vg., A. SCHULTEN, *Los cántabros y astures y su guerra con Roma*, Madrid, 1962, p. 78, aduzindo argumentos quantitativos a favor da centúria.

⁽¹⁸⁾ *Organizaciones suprafamiliares en la Hispania antigua*, «*Studia Archaeologica*», 37, Valladolid, 1975, p. 63-65 e *Perduraciones indígenas en la Galicia romana: los castros, las divinidades y las organizaciones gentilicias en la epigrafía*, «*Actas del Colóquio Internacional sobre el Bimilenario de Lugo*», Lugo, 1977, p. 17-27.

⁽¹⁹⁾ De destacar as comunicações apresentadas no I e II Seminários de Arqueologia do Noroeste Peninsular realizados, respectivamente, em Guimarães e Santiago de Compostela em Junho de 1979 e Setembro de 1980, em particular: G. PEREIRA MENAUT — J. SANTOS YANGUAS, *Sobre la romanización del noroeste de la Península Ibérica: las inscripciones con mención del orígo personal*, «*Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*», III, Guimarães, 1980, p. 117-130 e G. PEREIRA MENAUT, *Los castella y las comunidades de Gallaecia* (texto dactilograf. cedido pelo autor) e J. C. BERMEJO BARRERA, *Ensayo sobre la organización territorial y las intituciones indígenas en la Gallaecia altoimperial*, comunicações ao II Seminário de Arqueologia do NO. Peninsular.

Outra bibliografia:

J. SANTOS YANGUAS, *Estructuras indígenas del noroeste peninsular y los cambios de las mismas* (s. I a.C. — s. II p.C), Tesis de doctorado, Oviedo, 1977, cap. I (dactilo-

Não sendo nossa intenção, neste momento, prosseguir o debate deste problema, sobre o qual já manifestámos, em termos principiais, a nossa posição favorável à nova proposta ⁽²⁰⁾, por motivos que se prendem sobretudo com a evidência arqueológica, os dados de toponímia ⁽²¹⁾, os paralelos organizativos de sociedades indígenas face ao processo de romanização ⁽²²⁾ e até de concordância gramatical ⁽²³⁾, apenas daremos a conhecer novos dados e sobre eles tecer algumas considerações a respeito das organizações sociais superiores à unidade doméstica:

1. A inscrição do guerreiro calaico de Santa Comba de Basto (Doe. 1; Est. I, 2; IV, 1, 2) *Artif-ices/Calubrigens/es • e(x)s • Albinis/f* (aciendum) c(uraverunt) fornece-nos, em termos de onomástica, duas referências, sendo uma de um étnico menor (*Albini*) e outra (*Calubrigenses*) de um étnico a ele inferior e dele fazendo parte, referindo também os quatro marcos divisórios do Outeiro Jusão (Chaves) (Doe. 3; Est. V) dois nomes provavelmente da mesma categoria.

1.1. Sobre os *Albini*

Este novo etnónimo vem confirmar a sugestão de J. Untermann de que o antropónimo correlativo *Albinus*, em que um nome plenamente romano nos aparece como membro de repertórios indígenas, substituiria um nome indígena, devendo precisamente as formas latinas a sua popularidade a nomes de naturais de forma semelhante ⁽²⁴⁾.

A aplicação de um critério idêntico ao utilizado por A. Tranoy para a localização dos *Turodi* na região de Chaves ⁽²⁵⁾, tomando em consideração que a respectiva onomástica se dispersa quase exclusivamente pela área luso-galaica (II-III de Untermann) (Est. I) ⁽²⁶⁾, a despeito das dificuldades inerentes a este critério, leva a apontar para a sua localização no interior deste espaço provavelmente com origem na área do futuro *conventus bracaraugustanus*, porventura para além dos limites consignados aos povos do Padrão de Chaves (Doe. 2; Est. IV, 3, 4), onde não aparece citado.

graf.); P. SÁEZ FERNÁNDEZ, *Las centúrias de la Betica*, «Habis», 9, Sevilla, 1978, p. 255-271; A. RODRÍGUEZ COLMENERO, *Augusto y Hispania. Conquista y organización dei Norte peninsular*, Bilbao, 1979, p. 237-244; H. GALSTERER, *Bemerkungen zur Integration Vorrömischer Bevölkerung auf der Iberischen Halbinsel*, «Actas dei II Colóquio sobre Linguas y Culturas Prerromanas de la Península Ibérica», Salamanca, 1979, p. 453-464; H. MORESTIN, *Autels et inscriptions de Braga*, «Mélanges de la Casa Velázquez». XV, Paris, 1969, p. 492-494; A. TRANOY, *La Gálice romaine*, *op. cit.*, p. 537-547; J. C. BERMEJO BARRERA, *Variaciones sobre el tema de la centúria*, «Cuadernos de Estudios Gallegos», Santiago, 1980 (no prelo).

⁽²⁰⁾ *Organizações gentílicas entre Leça e Ave*, «Portvgalia», Nova Série, I, Porto, 1980, p. 79-90.

⁽²¹⁾ É flagrante a ausência de toponímia relacionada com *centúria*, em contra posição com a relacionada com *castrum/castellum*, desde a documentação medieval.

⁽²²⁾ G. PEREIRA MENAUT — J. SANTOS YANGUAS, *op. cit.*, p. 125-126.

⁽²³⁾ Cfr. CIL II, 2480: (...) *de hoc D Ture/obriga* (...), que exclui automaticamente qualquer vocábulo feminino para o signo D, designadamente a alternativa *centúria*.

⁽²⁴⁾ *Elementos de un atlas antroponímico de la Hispania antigua*, Madrid, 1965, p. 23.

⁽²⁵⁾ *A propôs de «Callaeci» de Pline: épigraphie et peuplement*, «Bracara Augusta», XXXI (71-72), Braga, 1977, p. 232-233 e *La Galice romaine*, *op. cit.*, p. 74-76.

⁽²⁶⁾ Est. I sobre mapa 4 de UNTERMANN, *op. cit.*, p. 47, como os novos elementos deste trabalho e mais quatro sinais: Coimbra (ILER, 4845 = «Humanitas», 8-9, Coimbra, p. 129); S. Juan de Crespos (Padrenda, Orense), ILER, 6248 = IRG, IV, n.º 64; Florderrey (Vilardevós, Orense), ILER, 6248 = IRG, IV, n.º 121; Seoane de Oleiros (Xinzo de Limia), A. R. COLMENERO, *Galicia meridional romana*, Univ. Deusto, 1977, Ind. epig. n.º 171 (p. 410).

De qualquer maneira, e a ser assim, tudo parece fazer concluir tratar-se de um novo nome de um étnico menor, a acrescentar aos 21 já referenciados para um total de 24 do número de povos indicado por Plínio para esse *conventus* ⁽²⁷⁾.

1.2. Sobre os *Calubrigenses*

É a segunda vez que esta menção gentílica nos é dada a conhecer no âmbito da Galécia referida a uma comunidade menor, com certeza de um castro (*-briga*), e provavelmente diferenciada uma da outra, verificando-se, deste modo, mais um caso de repetição toponímica como o assinalado para *Talabrigu* ⁽²⁸⁾. Com efeito, enquanto CIL II, 2610 respeita a um *Cálu-brigen(sis)* dos *Gigurri*, os *artífices* da estátua de Santa Comba de Basto identificam-se como *Calubrigenses* dos *Albini*, querendo porventura esta referência acentuar, por si própria, uma diferenciação relativamente aos outros.

E, se podemos aceitar a localização da primeira *Calubriga* no Castro de Valdeorras, conforme os argumentos de I. Millan González-Pardo ⁽²⁹⁾, põe-se agora o problema em relação à *Calubriga* dos *Albini*.

As observações de carácter estilístico delineadas na apresentação documental (Doe. 1; Est. I, 2; IV, 1, 2) poderão ajudar em alguma coisa nesta direcção. Com efeito, atendendo, por um lado, à amplitude de significado que o termo *artífices* poderá compreender ⁽³⁰⁾, não nos impedindo que o possamos utilizar no seu sentido mais ligado à etimologia como sinónimo de artistas, o que, neste caso concreto, poderá ser praticamente o mesmo que dizer escultores, e, por outro lado, à verificação de assinalada similitude entre os guerreiros das terras de Basto e do Vale do Ave/Vizela com os da região de Orense, tudo faz supor uma autoria comum, de preferência a outras possíveis explicações, designadamente motivadas por influências miméticas mais ou menos profundas em relação com os grupos étnicos.

Estaríamos, assim, perante monumentos realizados por um grupo de artistas ambulantes que, do mesmo modo que na Grécia arcaica ou na Idade Média, para não invocar paralelos mais anacrónicos do conhecimento comum, percorriam a região a construir obras de arquitectura, e no caso, escultura.

O parentesco mais aproximado com as estátuas de Orense, relativamente às outras do mesmo género, poderá, por sua vez, apontar a possível origem destes artistas *calubrigenses* precisamente para essa mesma região bem incluída dentro da mancha ocupada pelos *Albini* (Est. I). A demarcação citada em relação aos *Calubrigenses* dos *Gigurri*, situados mais acima, pressupondo uma certa proximidade e conhecimento mútuo, aconselha este mesmo sentido.

1.3. Sobre os Praen(...?) e os *Coroq*(...?)

Estes dois étnicos repetidos em cada um dos marcos da Veiga de Chaves (Doe. 3; Est. V), sem características de nomes individuais e não

(27) Plínio, *História Natural*, III, 28.

A. TRANOY, *La Galice romaine*, op. cit., p. 94.

(28) M. L. ALBERTOS FIRMAT, *Perduraciones indígenas*, op. cit., p. 21.

(29) *En torno a una inscripeión gigurra*, «*Archivo Espanol de Arqueologia*», XXXVIII (111-112), 1965, p. 82-83.

(30) cfr., vg., F. GAFFIOT, *Dictionnaire illustré latin-français*, Paris, 1934, vb. *artifex* (p. 167), Ch. F. LEWIS — Ch. SHORT, *A latin dictionary*, Oxford, 1969 (1.^a ed. 1879), *idem*, (p. 168).

constando da lista das *civitates* do Padrão dos Povos (Doe. 2; Est. IV, 3, 4), indicam também com muita probabilidade duas unidades sociais intermédias entre a «família» e a *gens* ou *populus* ou *civitas*, com certeza do mesmo teor dos indicados pelo D, permitindo-nos fazer algumas inferências a partir da sua implantação e uma possível correlação arqueológica.

A sua situação no terreno, seguindo um ribeiro afluente da margem esquerda do Tâmega, na parte meridional da Veiga de Chaves, apresenta uma nítida função divisória⁽³¹⁾ de parcelas destinadas à agricultura dessa zona, que era realizada pelo menos por quatro grupos familiares dos *Praen* (...?), para um lado (E ou W), e outros tantos dos *Coroq* (...?), para outro (vice-versa), visando pela primeira vez o aproveitamento sistemático dessa área de aptidão agrícola, cuja fertilidade é de todos bem conhecida, provavelmente em termos de centurição, à maneira romana⁽³²⁾.

É problemática a identificação destes dois grupos e respectiva origem, não nos custando todavia a crer estarmos perante povos deslocados de áreas afastadas para aqui realizarem trabalhos agrícolas sem dúvida conexos com a fundação de *Aquae Flavie*. Uma certa sincronia é pelo menos aparentemente visualizada pelo conjunto dos documentos utilizados.

Estando, porém, os *Coroe* textualmente documentados na inscrição do guerreiro de S. Paio de Meixedo (Viana do Castelo)⁽³³⁾, e apenas lá, e podendo eventualmente relacionar-se o segundo epíteto da ara de Los Gozos, Santa Maria de Moreiras (Orense) com um étnico dessa região e com radical semelhante a *Praen*-⁽³⁴⁾, a aceitarmos a suspeita de transferência de populações muitas vezes registada para a generalidade do Império⁽³⁵⁾, não podemos mais que sugerir estes locais como as regiões da sua proveniência.

E, já agora, não podemos também deixar de referir, neste caso, a todos os títulos inédito, uma convergência entre os dados da geografia e da epigrafia com os fornecidos pela arqueologia, indicando o Castro de Lagarelhos ou Castelo de S. Tiago situado na freguesia vizinha de Nogueira da Montanha como o *habitat* destes dois povos (Est. II)⁽³⁶⁾.

Com 260 m de comprimento do eixo maior (N - S) e 85 m de largura máxima (E-W), apresentando uma frontal e ostensiva divisão, feita por uma forte muralha com 6 m de espessura, em duas unidades intercomunicantes (Est. II, P3) e cada qual com entrada própria (Est. II, Pl, P2), sem qualquer interesse defensivo que se possa aperceber, não vemos para esta separação senão um significado de carácter social, que se ajusta perfeitamente, em coincidência surpreendente, com a divisão da Veiga que lhe fica no sopé, fronteira e bem próxima.

A área do castro, por seu turno, comportaria, à vontade, quatro, ou até algum mais, grupos familiares em cada lado.

A falta de dados arqueológicos seguros, que não ultrapassam um levantamento topográfico sumário desta estação e espólio cerâmico dos tempos de romanização, aqui deixamos, como hipótese, mais esta sugestão.

⁽³¹⁾ A. RODRIGUEZ COLMENERO, *La Galicia meridional op. cit.*, p. 260 e A. TRANOY, *La Galice romaine, op. cit.*, p. 545, referindo-se apenas ao marco 1, interpretam-no como indício de delimitação de território étnico das respectivas *gentilitates* (COLMENERO) OU *centuriae* (TRANOY).

⁽³²⁾ Temos em curso uma calibragem mais rigorosa dos dados, apoiados na recolha de informações orais e registos prediais bem como na prospecção no terreno controlada por fotografia aérea.

⁽³³⁾ CIL II, 2642 = CIL IIS, 5611.

⁽³⁴⁾ Proen-. A. RODRIGUEZ COLMENERO, *Epígrafes inéditas de tierras orensanas*, «Dvrius», I (2), Valladolid, p. 361-364 e J. C. RIVAS FERNÁNDEZ, *Nuevas aras romanas orensanas*, «Boletín Auriense», III, Orense, 1973, p. 83-87.

⁽³⁵⁾ para o movimento das populações da região, cfr. G. FABRE, *Le tissu urbain dans le nord-ouest de la Péninsule Ibérique*, «Latomus», XXIX, 1970, p. 314-339.

⁽³⁶⁾ Alt. 873 m; lat. N 41° 41' 48"; long. 7° 27' 30" (Green.).

2. Nesta ordem de ideias, perante um caso peculiar de pervivência castreja num meio em avançado estado de reorganização e urbanização, será de ponderar, na sequência dos debates que se têm vindo a suceder sobre o significado e função do *D* como expressão da *origo* pessoal, a recente proposta de G. Pereira Menaut ⁽³⁷⁾ sobre o desaparecimento dos *castella* e a utilização das *dvitates* na expressão dessa *origo*, supondo uma mudança na organização das comunidades indígenas.

3. Junto ao Rio Douro, já na sua margem sul, o *terminus augustalis* de Goujoim (Doe. 4; Est. VI), delimitando povos da Lusitânia, é mais um documento, recente, que vem permitir uma interpretação de certos aspectos de reordenamento social no quadro de uma política vinda dos tempos flavianos eventualmente coordenada a N e a S do Douro.

DOCUMENTAÇÃO

1. Estátua de guerreiro calaico com inscrição (Santa Comba, Cabeceiras de Basto) (Est. I, 2; IV, 1, 2).

Encontrado nas imediações de um pequeno castro por ocasião do arroteamento de terras em Abril de 1980 em ambiente com muito espólio arqueológico romanizado, este monumento, pelo seu estado de conservação, estrutura e proporções, assim como pelos dados que fornece, pode considerar-se a obra de melhor qualidade deste género de estatuária bem característica da área sul da cultura dos castros, de que é um dos seus símbolos mais significativos. É a estátua que até hoje melhor ilustra Estrabão, *Geografia*, III, 3, 6.

Noticiado o seu achado na imprensa diária (Jornal de Notícias, 9/4/80, p. 16).

- a) Dimensões: altura máx. 208 cm; larg. máx. (ombros) 61 cm; diâm. escudo 44 cm.
- b) Erecto, em posição de parada, calça polainas atadas com correias até aos joelhos e ostenta as seguintes armas: em posição central, *caetra* redonda, côncava, com umbo, segura por correias cruzadas na mão esquerda; do lado direito, ligado à placa tra seira, circular com tríscolo, do cinturão, um punhal embainhado; do lado esquerdo, a bainha de uma espada ⁽³⁸⁾ e esta ao alto e ao longo do tronco empunhada pela mão direita. Nos braços usa *viriae* de um (dir.) e dois toros (esq.). Decapitado.
- c) Inscrição em campo epigráfico na metade inferior do escudo (Est. I, 2; IV, 2) ^(3*).

Artif-ices

Calubrigens

es-e(x)s-Ālbinis

f(aciendum) • c(uraverunt) •

⁽³⁷⁾ *Los castella, op. cit, sobretudo p. 20.*

⁽³⁸⁾ Dado o desgaste e a natureza do suporte, a análise não garante a forma afalcatada. A sua bainha não aconselha uma lâmina curva.

⁽³⁹⁾ pot. sobre inscrição com tratamento bicromático, método por nós utilizado para as gravuras rupestres.

Mandaram fazer (este monumento) os artistas *Calubrigenses* dos *Albini*.

Letras alongadas e ordenadas com adaptação à concavidade do campo; dois nexos *Ar* (í. 1), *ÁT* (L 3) e quatro pontos distintivos (L 3, 4).

Por razões de ordem paleográfica, poderá datar-se da segunda metade do séc. I, eventualmente do período flaviano.

d) É a terceira estátua de guerreiro a ser conhecida com inscrição latina (*°), denunciando esta um carácter abertamente não funerário.

Por outros motivos, agora mais consolidados, principalmente o achado *in situ* dos pés do guerreiro de Sanfins, encravado nuns penedos em frente à entrada principal da Citânia, preferimos, entre outras, a função heroizada de tutela que estas estátuas poderiam assumir. A fórmula / (*aciendum*) c (*uraverunt*) não nos inclina para a sua divinização, continuando, por isso, a dar razão a Estrabão, III, 4,16 sobre o ateísmo dos galaicos entendido como aniconismo relativamente às suas divindades.

c) Esta estátua apresenta, com diferenças, grande paralelismo com outra da mesma região, o conhecido «Basto», verificando-se um claro «ar de família», bem visível na unidade de estrutura e na utilização de elementos, dos guerreiros da Terra de Basto e os do Ave/Vizela, designadamente o de Santo Ovídio de Fafe, o de S. Jorge de Vizela e até o de Sanfins, com parentesco mais aproximado em dois guerreiros do Castro de Armea (Orense), um deles também com espada ao peito (⁴¹).

2. «Padrão dos Povos» (Chaves) (Est. IV, 3, 4).

CIL II, 2477 = CIL IIS, 5616 = ILER, 1084.

Monumento célebre, cuja versão original apareceu a 27 de Agosto de 1980, a montante e junto da ponte romana, no leito do rio Tâmega, próximo da margem esquerda, quando se procedia a dragagens. Encontra-se no Museu da Região Flaviense (Chaves).

Bloco granítico, de grão fino com mica branca e preta, de forma cilíndrica, mutilado em 45 % das letras da parte posterior da inscrição. Apresenta danificação provocada pela máquina escavadora.

Dimensões: alt. 212 cm (cilindro 196 + base 16); diâm. 55 (sup)/52 (inf) cm; base paralelepípedica quadrangular (encaixe) 30 X 30 cm.

Campo epigráfico: a quase totalidade do monumento, exceptuando: do topo à linha 1: 60 mm; da í. 14 ao início da base: 310 mm.

ímp(eratori) Caes(ari) *Ve* [sp(asiano) Aug(usto) Pont(ifici)]
 Max(imo) Tríb(unicia) Pot(estate) [X Imp(eratori) XX P(atri) P(atriciae)
 Co(n) s(uli) ÍX] Imp(eratori) Vesp(asiano) Caes(ari)
 Au[g(usti) F(ilio) Pont(ifici)
 Trib(unicia) Pot(estate)] VÍÍÍ
 Imp(eratori) XIIH Co(n) [s(uli) Vil]

(40) CIL II, 2642 = CIL IIS, 5611 (S. Paio de Meixedo, Viana do Castelo) e CIL II, 2519 = ILER, 2226 (Castro de Rubiás, Orense).

(41) As estátuas de Montalegre revelam dois conjuntos estilísticos diferentes e um outro, as estátuas de Cendufe (Arcos de Valdevez) e Mozinho (Penafiel). A de S. Paio de Meixedo caberia bem no conjunto mais esguio e decorado de Montalegre. O guerreiro de Capeludos, além Tâmega, tem mais originalidade relativamente a todos estes grupos.

5 G(aio) *Calpetano Ra[ntio Quirinali]*
 Vaí(erio) *Festo*^ Leg(ato) A[ug(usti) Pr(o) Pr(aetore)]
 D(ecimo) *Cornèlio Ma[eciano]* Leg(ato) Aug((usti)] L(ucio)
Arruntio Max[imo] Proc(uratori) Aug(usti)] Leg(ioni)-Vn
 Gem(inae) [Feí(ici)] 10 *Civitates* [X]
Aquiflavien [ses Aobrigenses]
Bibali Coel[erni Equaesii]
Interamic[i Limici Aebisoci]
Quarque[r]ni Ta[magani]

Tradução:

As dez cidades dos Aquiflavienses, Aobrigenses, Bibali, Coelerni, Equaesii, Interamici, Limici, Aebisoci, Quarquerni e Tamagani (mandaram fazer este monumento) ao Imperador Caesar Vespasianus Augustus, Pontífice Máximo, com o poder tribunicio pela décima vez, aclamado imperador pela vigésima vez, Pai da Pátria e Cônsul pela nona vez, ao Imperador (Titus) Vespasianus Caesar, filho de Augustus, Pontífice, com o poder tribunicio pela oitava vez, aclamado imperador pela décima vez e Cônsul pela sétima vez (e ao Caesar Domitianus, filho de Augustus, Cônsul pela sexta vez...?), a Gaius Calpetanus Rantius Quirinalis Valerius Festus legado propretor de Augustus, Decimus Cornelius Maecianus legado de Augustus e Lucius Arruntius Maximus procurador de Augustus, e à Legio VII Gemina Felix.

Altura das letras (⁴²):

linha 1: 1:85;2,3:90;4:94;5:82;6:95;7:94;8:90;9:?
 2: 1,2:80;3:84;4,5:80;6:82;7:87;8:85;9:92
 3: 1:72;2,3,4,5:75;ff:80;7:70;8:74;9:68;10:78;11:74;12:70;13:80
 4: 1,2,3:70;4:80;5,6,5:75;7:72;8:75;9:78;10,11,22,13:75;14:80;15:?
 5: 1,2,3,4,5:65;6:64;7,8:66^:64;10,11,12:70
 6: 1:60;2:68;3:74;4:68;5:70re^6:7:67;8:72;9:64;10:72; 11:68;22:70
 7: 1:68;2:65;3:67;4:70;5,G:72;7:70;8:68;9:65;10:?
 8: 1:75;2:70;3:?:4:70;5,6,7,8:65;9:70;10,U,12:65
 9: 1:70;2,3:75;4:65;5,6:70;7:74;8:70;9:65
 10: 2,2:65;3,4:60;5:65;6:6D;7:62;8:60;9:65
 11: 1:60;2,3,4,5:65;6:64;7,8,9,10,11:65
 12: 1:75;2:73;3:?:4:75;5:72;6:70;7,8:73;9:75;20:?
 13: 2,2:65;3,4,5:70;6,7,8,9:65
 14: 1:70;2:62;3:65;4:72;5:75;6:60;7:75 mm.

Espaços interlineares: 1,2,3:30;4:22,5(30/35 + 155/160 picado + 30);5,6,7:30;8:25;9,10,11, 12,13: 30 mm.

Letras alongadas, regulares e cuidadas, seguindo uma ordenação de linhas rigorosamente espaçadas com intervalos de 30 mm, com uma exceção (int. 8:25 mm). T e L com traços terminais geralmente sumários e regrados (i. 6,7); Q de cauda muito alongado; IB (L 8^2,3) com^fractura.^ Nexos raros: mp (L 3), ne (L 7), íit (I. 8) e apenas um ponto distinguente (i. 9).

Com bibliografia numerosíssima e bem conhecida, citamos exclusivamente e por comodidade TRANOY, Alain, *La Galice romaine* (Thèse de doctorat d'État), Bordeaux, 1979 (dactilograf.), por ser mais recente, muito desenvolvida e documentada, em referência à qual nos permitimos resumir os pontos principais que o texto original faz avançar relativamente à cópia:

⁽⁴²⁾ As medidas pormenorizadas visam permitir um exame crítico dos documentos em questão.

- a) A confirmação das *civitates*. Das dez anteriormente citadas, só não aparecem quatro pela mutilação da parte posterior do padrão, corrigindo *Aquiflavienses* (Aqueflavienses), *Interamici* (interamice) e confirmando as leituras reconstituídas de *Quarquerni* (Querquerni) e *Bibali* (Bsali) ⁽⁴³⁾.
 - b) A dedicação do monumento a Vespasianus e a Titus ⁽⁴⁴⁾, que aparecendo-nos com o poder tribunicio pela oitava vez (e não pela nona) e a aclamação imperial pela décima quarta vez obriga a reconstituir o consulado pela sétima vez, podendo datar-se o monumento da primeira metade do ano 79, antes da data da morte de Vespasianus ocorrida a 23 de Junho ⁽⁴⁵⁾.
 - c) Fundamentalmente, duas leituras possíveis:
 - 1.ª — A manter-se a ordem de grandeza das letras dedicadas às personagens imperiais, o quarto espaço interlinear, de 22,5 cm, não comporta as duas linhas habitualmente propostas em relação a Domitianus e respectiva «damnatio memoriae», cabendo perfeitamente tal reconstituição numa só linha ⁽⁴⁶⁾ possivelmente como segue: Caes(ari) Aug(usti) F(ilio) *Damitiano* Co(n)s(uli) VI ⁽⁴⁷⁾ podendo o espaço restante ser para uma fórmula do género / (aciendum) c(uraverunt) em letra mais reduzida, restringindo a dedicação à família imperial;
 - 2.ª — Conforme o texto apresentado, considerando a ocupação do espaço picado para a titulação de Domitianus.
3. Marcos da Veiga de Chaves (lugar de Outeiro Jusão, freguesia de Samaiões) (Est. V).

Quatro marcos divisórios, de granito, com as mesmas inscrições, aparecidos espaçadamente ao longo do segundo ribeiro cruzado pela estrada Chaves-Vidago, afluente da margem esquerda do Tâmega (ao Futeiro e Pinheiro Manso). Três Marcos (1, 3, 4) encontram-se no Museu da Região Flaviense (Chaves) e um (Marco 2) no Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia (Lisboa).

Marco 1 (CIL II, 2489) (Est. V, 1, 2)

Proveniente do lugar de Outeiro Jusão, freguesia de Samaiões, onde servia de poldra no ribeiro.

Forma tosca de tronco de pirâmide invertida.

Dimensões: alt. 70 X larg. 42 X esp. 33 cm.

Campo epigráfico: face A: 33 X 9 cm. face

B: 32 X 8 cm. Altura das letras: 80/90

mm.

⁽⁴³⁾ A fractura atrás referida do IB (I 8:2,3) induziu em erro o copista, que escreveu, em sua substituição, a letra S, donde resultou a estranha forma BSALL. É, entre outros, um exemplo apodítico de que o Padrão da ponte foi copiado perante este original em momento em que já se teria perdido a memória dos nomes aí gravados.

⁽⁴⁴⁾ E com toda a probabilidade também a Domitianus, associados.

Por falha do autor do texto, não está registado o *praenomen* T(itus), conforme já referido por Hubner.

⁽⁴⁵⁾ H. MATTINGLY e E. A. SYDENHAM, *The roman imperial coinage*, vol. II: *Vespasian to Hadrian*, London, 1968, p. 12-13.

⁽⁴⁶⁾ De admitir também a possibilidade da existência de duas linhas de teor igual às da inscrição a partir do quarto intervalo, onde é manifesta uma constância, coincidente, de 22,5 cm para um conjunto de três intervalos e duas linhas.

⁽⁴⁷⁾ Sem a menção de *princeps iuventutis*. Cfr., H. MATTINGLY e E. A. SYDENHAM, *op. cit.*, p. 100.

Leitura: face A: *Praen* (...?)
face B: *Coroq* (. - .?)•

Letras regulares, alongadas. A última letra da face B, extremamente desgastada e no ângulo, deverá ser, como nos outros marcos, um Q, de preferência a um C, conforme registado no CIL e transmitido à bibliografia a ele referente.

Bibliografia: CARDOZO, Mário, *Algumas inscrições lusitano-romanas da região de Chaves*, Chaves, 1943, p. 38 (n.º 20); CORTEZ, F. Russell, *Lápides romanas do Museu de Chaves*, «Viriatís», I (2), Viseu, 1957, p. 109 (n.º 21).

Marco 2 (Est. V, 3, 4)

Encontrado em 1915 por J. Leite de Vasconcelos num muro do Campo da Roda, tinha vindo três anos antes também de Samaiões, conforme seu testemunho («Arqueólogo Português», XXII, Lisboa, p. 15). Os herdeiros do doador garantiram a sua procedência de um campo junto ao mesmo ribeiro ainda hoje sua propriedade. Forma idêntica à anterior.

Dimensões: alt. 26 X larg 51 X esp. 45 cm.

Campo epigráfico: face A: 25 X 8 cm.

face B: 35 X 9 cm.

Altura das letras: face A: 80/90 mm.

face B: 70/90 mm.

Leitura: face A: *Praen* (...?)
face B: *Coroq* (...?).

Marco 3 (Est. V, 5, 6)

Proveniência próxima dos anteriores.
Forma paralelipipédica irregular.

Dimensões: alt. 30 X larg. 30 X esp. 50 cm.

Campo epigráfico: face A: 30 X 12 cm.

face B: 28 X 10 cm.

Altura das letras: face A: 120 mm.

face B: 80/100 mm.

Letras e leitura idênticas às anteriores.

Marco 4 (Est. V, 7, 8)

Achado em 12/11/79, proveniente das confluência do riacho referido com o Tâmega.

Forma idêntica à do anterior, com uma pequena base.

Dimensões: alt. 28 X larg. 48 X esp. 46 cm.

Campo epigráfico: face A: 40 X 8 cm.

face B: 42 X 7,5 cm.

Altura das letras: 75/80 mm.

Letras e leitura como as anteriores, apresentando a face A sulcos provocados, por máquina escavadora.

Há grande paralelismo paleográfico entre as letras destes marcos, sobretudo quanto ao P, R e Q, e as do Padrão dos Povos (Doe. 1), podendo atribuir-se-lhe, se não a mesma, pelo menos cronologia aproximada.

4. *Terminus augustalis* de Goujoim (Armamar) (Est. VI).

Marco terminal das proximidades do Castro de Goujoim, concelho de Armamar, distrito de Viseu; *in situ*, espetado no solo.

Bloco de granito da região, de forma paralelipipédica ligeiramente irregular com as seguintes dimensões: 127 X 63 X 37 (sup)/40 (inf) cm.

Campo epigráfico ordenado e com relativa simetria e com as seguintes dimensões:

Frente: 42 X 55 cm. Lado E: 15 X
19 cm. Lado W: 17 X 23 cm. Frente:

[ímp(eratore) *Nerva Caé*]

[s]are • Aug(usto) • Gc[r] (manico)

[P]ont(íface) • Max(imo) • Tr[i]

bu(nicia) • Poés(tate) -II- Imp(ératore)

5 lí-. P(atre P(atriciae)-Ca(n)s(ule) III- Ter
mi(nus) • aug(ustalis)

Lado E: [l]nter

Arabr(igenses)

Lado W: Inte[r]

Coila[r] (nos)

Tradução:

Término augustal entre os *Arabrigenses* e os *Coilarni* feito no tempo do Imperador Nerva Caesar Augustus, Germânico, Pontífice Máximo, com o poder tribunício pela segunda vez, aclamado imperador pela segunda vez, Pai da Pátria e Cônsul pela terceira vez.

Altura das letras: frente: linha 1: ilegível; 2:80;3:65;4:42;5:52;6:50

lado E: J: 50/60;2:70,60,65,65

lado W: !:70;2:80,80,70,60 mm.

Espaços interlineares: frente: J:?:2:5/15;3:30;4:30;5:20 ma

lado E e W: 20 mm.

Palavras separadas por pontos distintivos. Sem nexos, uma letra inclusa: I no interior de O (lado W).

Inscrição muito desgastada sobretudo na frente, mormente na linha 1, ilegível, e no lado E.

Bibliografia: VAZ, João, *Término augustal de Goujoim (Armamar)*, «Conimbriga», XVIII, Coimbra, 1979, p. 133-138.

A observação cuidada do monumento a luz rasante, confirmada por um tratamento bicromático, permitiu uma leitura e interpretação em partes diversa da anteriormente proposta, designadamente quanto aos seguintes aspectos:

- a) Atribuição a Nerva, de preferência a Claudius ou Nero⁽⁴⁸⁾, com cronologia que, pela consideração da titulatura e do dia da morte do Imperador, se poderá situar entre 10 de Dezembro de 97 e 29 de Janeiro de 98^(4*).
- b) Leitura diferente dos títulos imperiais, relativamente ao poder tribunício, recebido pela segunda vez e à segunda aclamação imperial, que aparece bem visível.
- c) Nome e titulatura em ablativo, e não em dativo⁽⁵⁰⁾, conforme o texto, apontando, assim, mais para uma indicação primariamente de carácter cronológico que honorífico.
- d) Identificação clara no lado E dos *Arabrigenses*⁽⁵¹⁾ que, como os *Coilarni*, do lado W, nos aparecem citados na ponte de Alcântara⁽⁵²⁾.

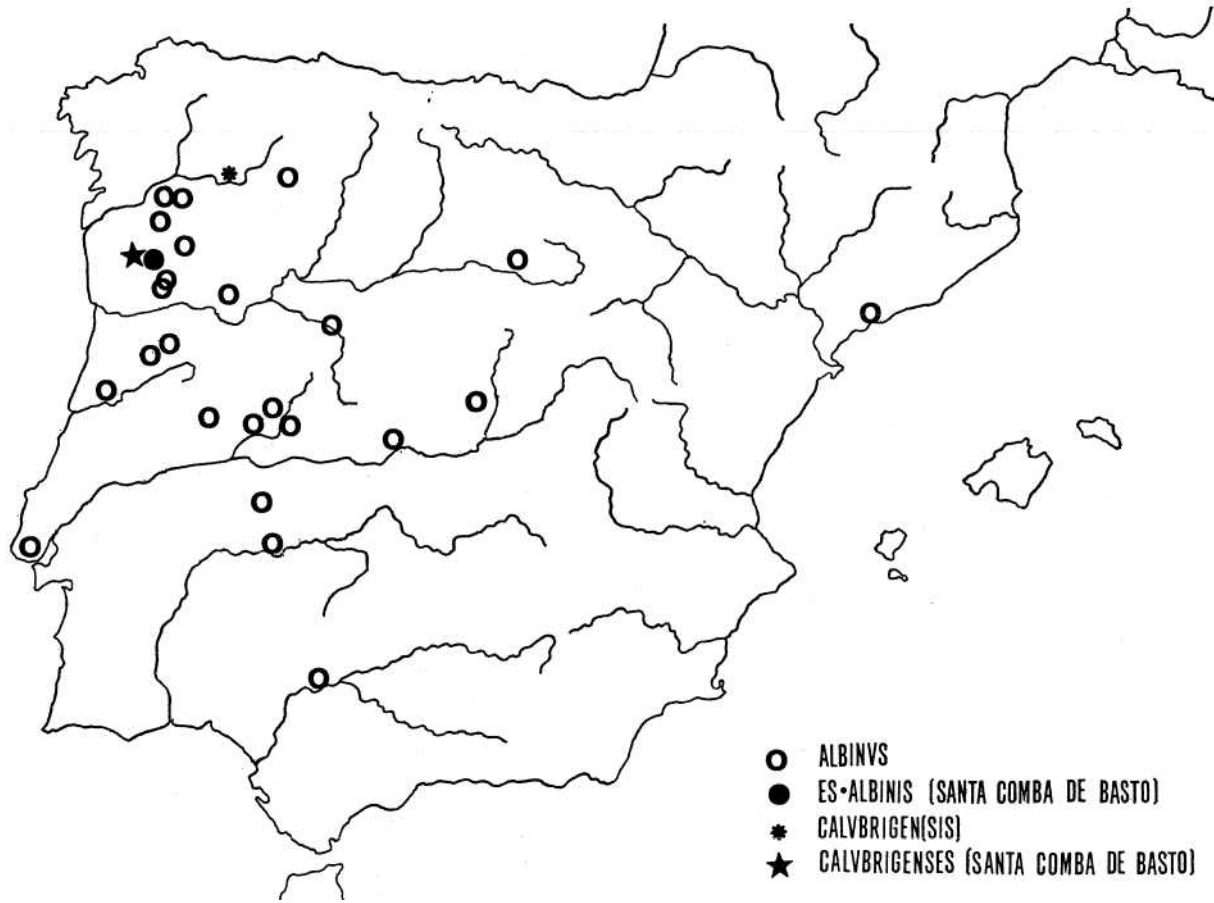
(48) J. VAZ, *op. dt.*, p. 136-137.

(49) H. MATTINGLY e E. A. SIDENHAM, *op. dt.*, p. 222.

(50) J. VAZ, *op. dt.*, p. 136.

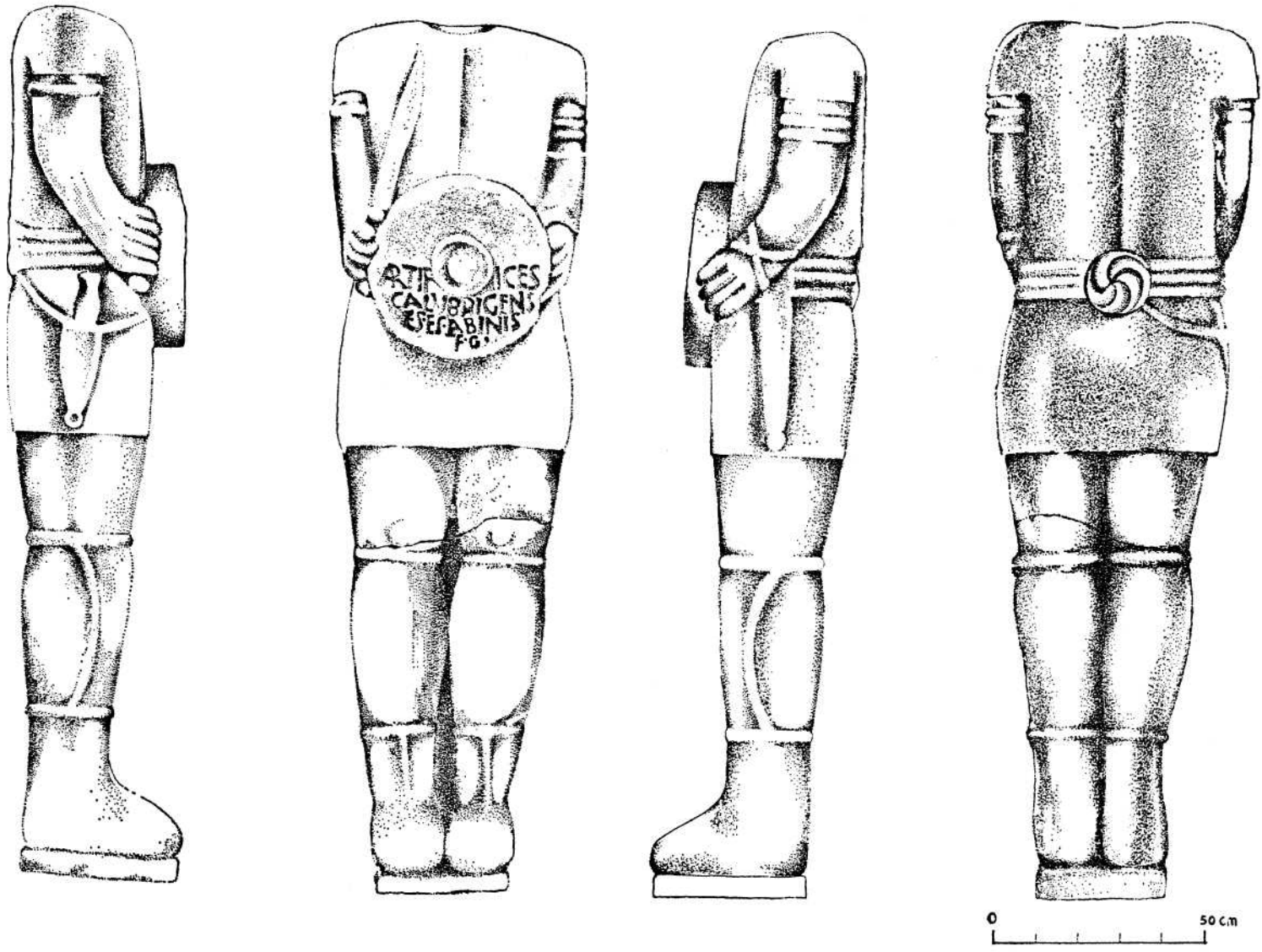
(51) *Idem*, hesita na leitura da linha 1 do lado E e sugere um povo desconhecido iniciado por RABA.

(52) CIL II, 760 = ILER, 2066.



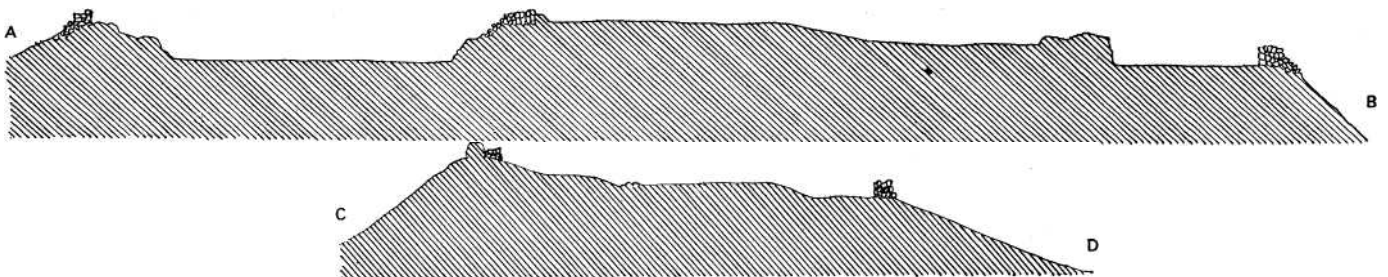
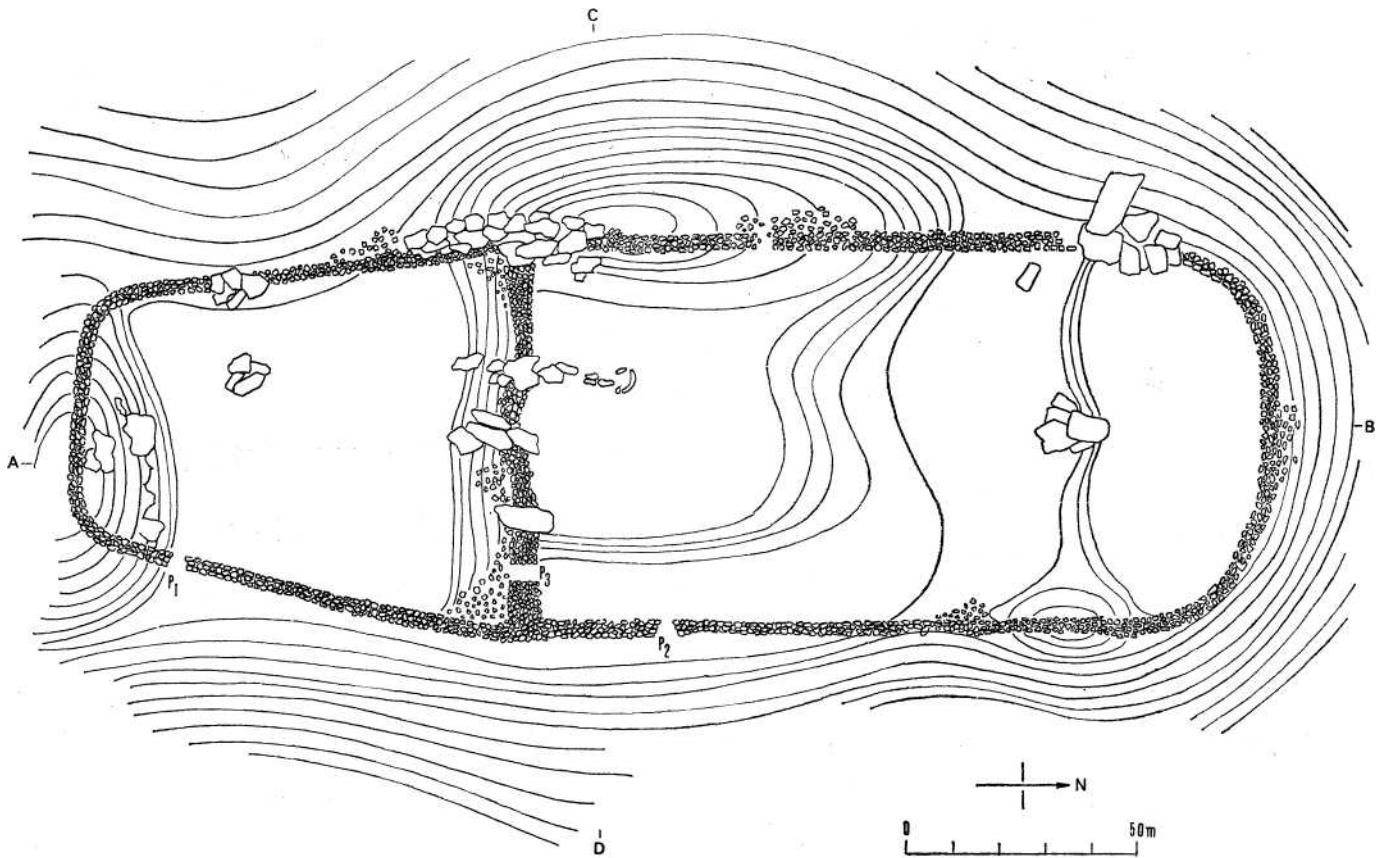
- ALBINVS
- ES-ALBINVS (SANTA COMBA DE BASTO)
- * CALVBRIGEN(SIS)
- ★ CALVBRIGENSES (SANTA COMBA DE BASTO)

1



2

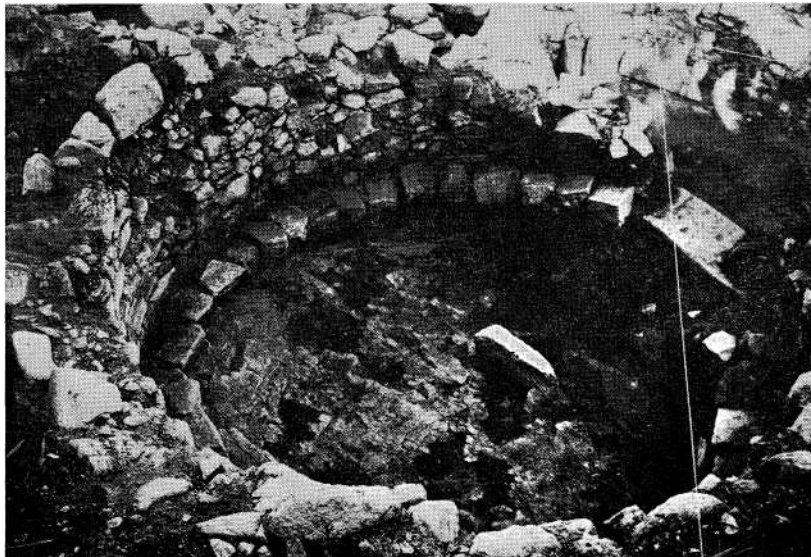
Est. II



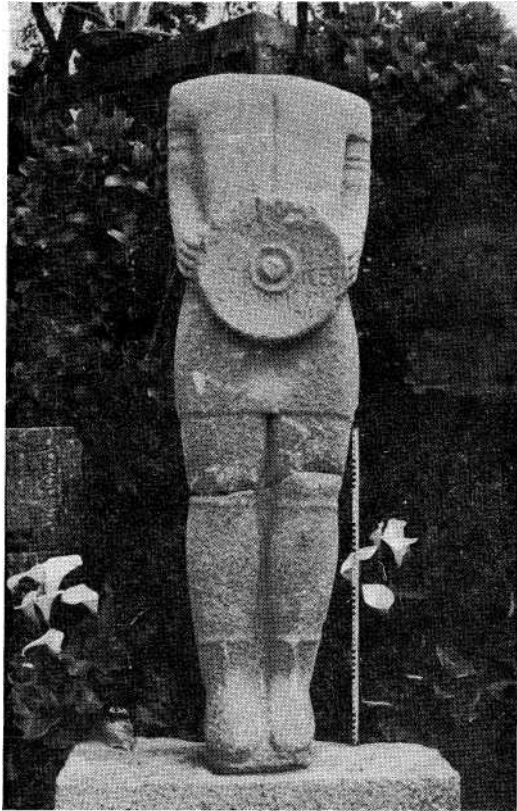
CASTRO DE LAGARELHOS
CHAVES



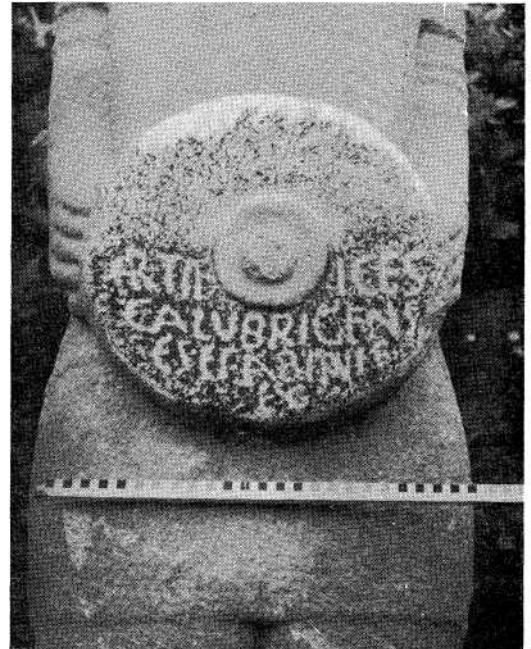
1



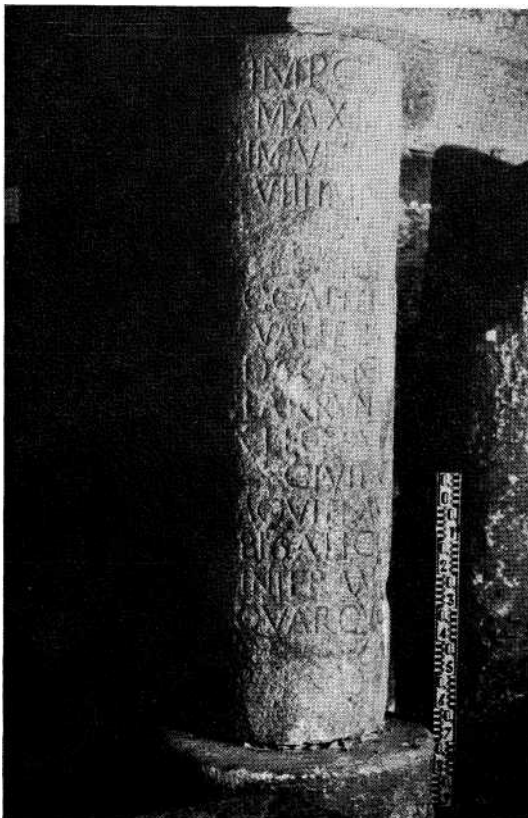
2



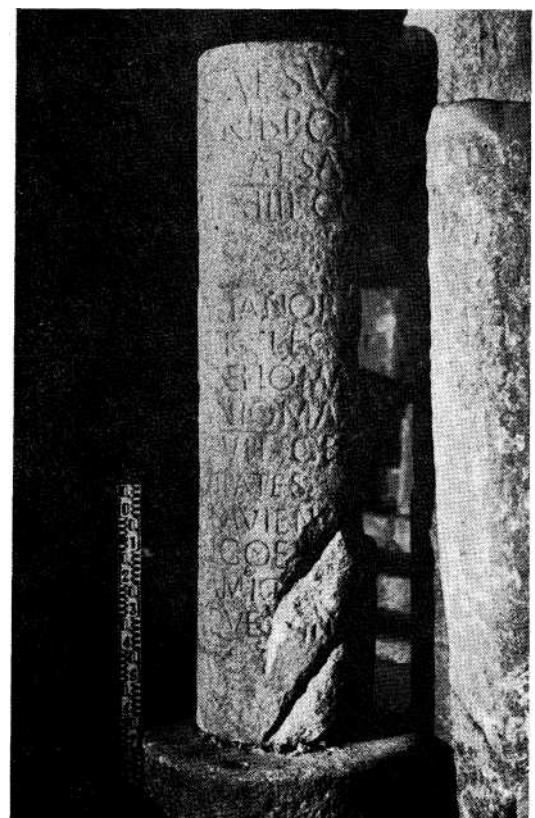
1



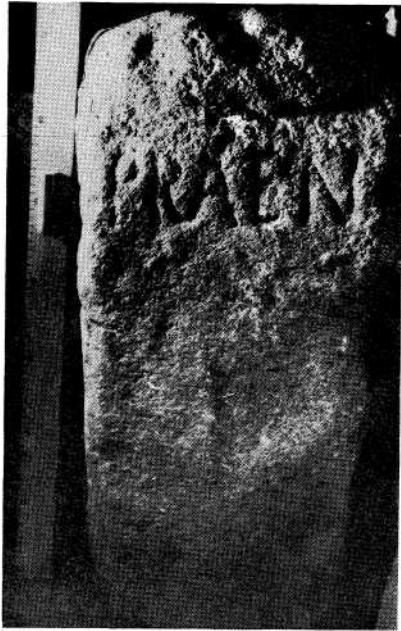
2



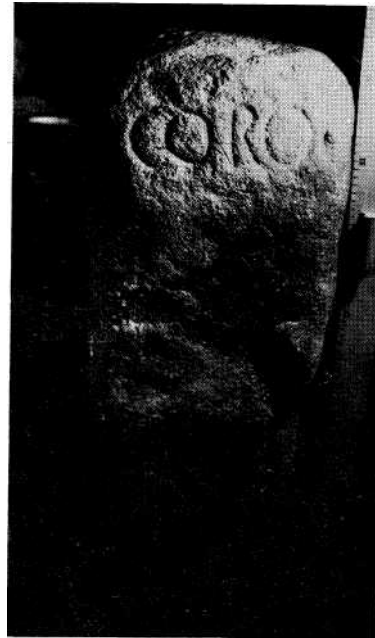
3



4



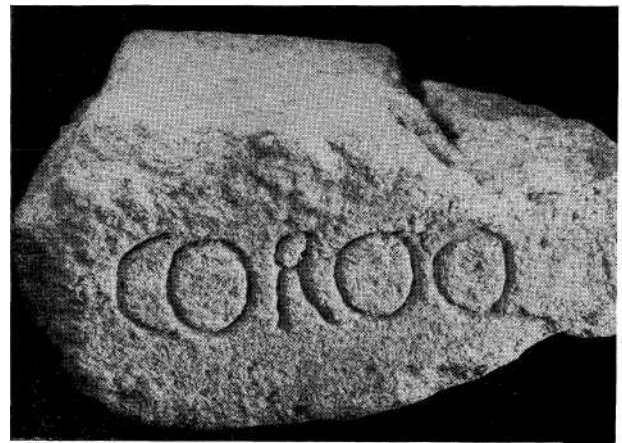
1



2



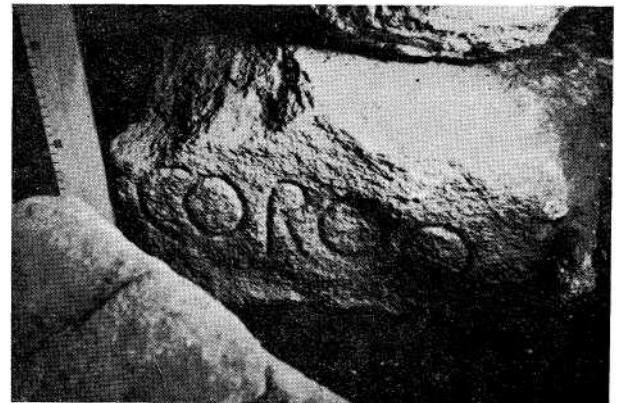
3



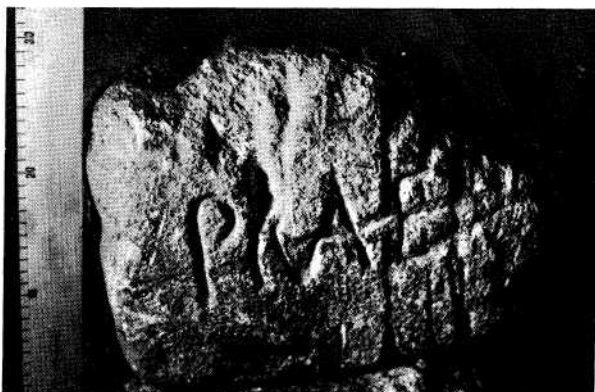
4



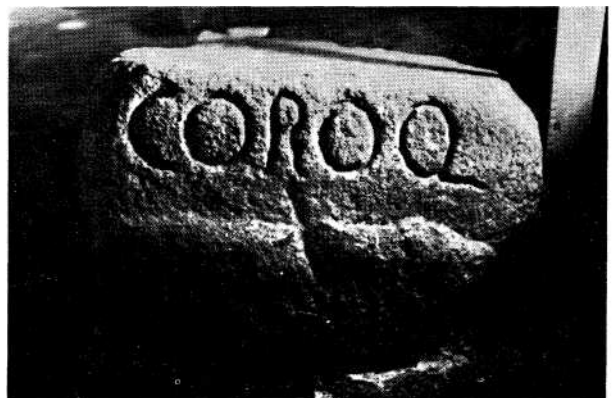
5



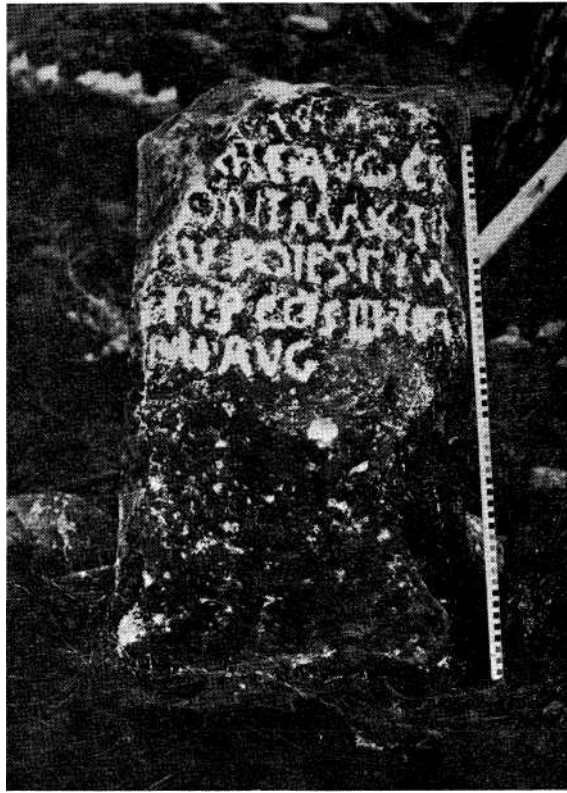
6



7



8



1



2



3